

Ano XX nº 5567 – 11 maio de 2017**Centrais sindicais debatem calendário de mobilização**

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), demais centrais sindicais e os movimentos sociais que compõem as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo se reuniram na quinta-feira (4) para debater um calendário de atividades contra as reformas da Previdência e trabalhista, além de outros projetos com potencial para promover uma verdadeira devassa nos direitos dos trabalhadores que tramitam no Congresso Nacional. “Mas não vai fugir muito da ocupação de Brasília, quando da votação da reforma da Previdência, e pressionar deputados e senadores nos seus gabinetes, nos seus redutos eleitorais, nos seus estados”.

A reunião ocorre um dia depois da reunião entre as centrais sindicais e o senador Renan Calheiros (PMDB/AL), líder do partido do Senado, que parabenizou as centrais pela Greve Geral realizada na sexta-feira (28/4) e ressaltou que o processo legislativo precisa caminhar “com os ouvidos colados nas ruas”. O senador disse que “em primeiro lugar, é preciso ouvir o povo, os trabalhadores” e que “é evidente que, na medida em que houver mobilização, teremos o reflexo disso aqui no Senado”.

Além da PEC da reforma da Previdência, Renan criticou pontos da Lei da Terceirização e do projeto de reforma trabalhista. O senador também ressaltou a importância das mobilizações, se colocou à disposição para encaminhar propostas consensuais e comparou o que está acontecendo hoje no país com o período do presidente Artur Bernardes (1922 a 1926), considerado o governo da vingança.

Para Vagner Freitas, presidente nacional da CUT, o recado das ruas foi um sinal de alerta aos parlamentares aliados ao governo de Michel Temer. Além das mobilizações, Freitas lembrou que pesquisas de opinião pública apontam que os brasileiros são contra estas propostas do governo “Mais de 70% dos trabalhadores entrevistados são absolutamente contra todas essas reformas. Essa é uma pauta impopular e a sociedade está sendo aviltada com esses projetos sendo votados a toque de caixa”.

Comissão conclui votação da PEC da Previdência

Um forte esquema de segurança garantiu a conclusão da aprovação da PEC da Previdência (PEC 287/2016) pela Comissão Especial da Câmara na terça-feira (9). Amparada pela segurança, a comissão criada especificamente para analisar a proposta votou o último destaque.

O texto-base do relator, Arthur Maia (PPS-BA), foi aprovado na última quarta-feira (3), com 23 votos a favor e 14 contra. O placar se repetiu ontem, quando quase todos os destaques (emendas) ao texto base foram rejeitados. A proposta agora seguirá para debate e votação no Plenário da Câmara, onde precisa de 308 votos para ser aprovada.

Uma emenda aprovada por unanimidade, preservou a possibilidade de recorrer à Justiça estadual em ações contra o INSS. O relator havia proposto remeter esses casos para a Justiça federal. O texto do relator, diz a oposição, também explicita a privatização da previdência complementar do servidor público, ao retirar a expressão “de natureza pública”.

Cresce na Justiça número de queixas contra serviços bancários

O setor bancário foi o que mais concentrou queixas de consumidores levadas à Justiça em 2016, de acordo com levantamento inédito produzido pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ).

A reclamação de direitos envolvendo instituições financeiras representaram 39% do total de ações judiciais apresentadas no ano passado no campo do direito do consumidor.

Somadas aos bancos, as empresas de telefonia e prestadoras de planos de saúde foram os principais segmentos acionados na Justiça em processos de relações de consumo, com 18% e 8% do total de ações, respectivamente.